PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)

Política Internacional

Questão 1

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Tenciona-se que, no primeiro item, o candidato disserte a respeito do arcabouço institucional que antecedeu a adoção da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações unidas (CSNU) e, em seguida, explique as propostas dessa resolução. Inicialmente, é preciso tratar das quatro Conferências Mundiais sobre as Mulheres, sediadas, respectivamente, na Cidade do México (1975), em Copenhague (1980), Nairóbi (1985) e Pequim (1995), as quais contribuíram para a conscientização acerca do assunto e o combate à desigualdade de gênero, discutindo temas como os incentivos à paz, o desarmamento, a violência sexual como arma de guerra, a participação política, entre outros. Em geral, essas conferências resultaram na elaboração de documentos específicos, por exemplo, as Estratégias Orientadas ao Futuro para o Avanço das Mulheres (1985), bem como a Declaração de Pequim e a Plataforma de Ação (1995), os últimos dois são marcos importantes no que diz respeito à vitimização das mulheres em conflitos armados e à participação delas como agentes de construção da paz. Em segundo lugar, faz-se necessário mencionar a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW, na sigla em inglês), realizada em 1979, que se tornou um marco importante para proteger e promover os direitos das mulheres nas esferas públicas e privadas. Além disso, convém fazer menção à Declaração sobre a Participação das Mulheres na Promoção da Paz Internacional e da Cooperação, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) em 1982, na medida em que o documento foi precursor em lidar com questões de gênero e missões de paz, e à Declaração e Programa de Ação de Viena e à Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, adotadas em 1993, as quais avançaram na proteção dos direitos humanos das mulheres. Por fim, no ano de 2000, deve-se tratar da Declaração e do Plano de Ação de Windhoek, que recomendaram a participação feminina em todos os níveis das missões de paz, desde a negociação de acordos até a comunicação social. Em outubro desse mesmo ano, a Resolução 1325 (2000) foi aprovada, por unanimidade, pelo CSNU, e todo o processo negociador contou, em grande medida, com o protagonismo de países em desenvolvimento, como a Namíbia, Bangladesh, Jamaica e Mali.

Ainda no primeiro item, o candidato deve identificar pelo menos três propostas – às vezes denominadas três pilares – da Resolução 1325 (2000). A primeira delas é a necessidade de promover a participação feminina em todos os níveis do processo decisório (nacional, regional ou internacional) e em diversas funções, desde a prevenção de conflitos até a negociação da paz ou o engajamento em missões de paz, contribuindo para o estabelecimento de uma governança inclusiva. A segunda é a proteção de mulheres e meninas contra a violência sexual e de gênero, particularmente em situações de crise e de conflito, tanto nos campos de refugiados quanto na formação e no treinamento do pessoal (militares e civis) envolvido em operações de paz. A terceira é a prevenção contra a violência sexual e a promoção dos direitos femininos, com a punição dos responsáveis por crimes que violam o direito humanitário internacional e a garantia da segurança jurídica às mulheres no âmbito das legislações nacionais e com o apoio de outras iniciativas locais ou multilaterais.

No segundo item, o candidato deve, primeiramente, argumentar a respeito da obrigatoriedade de incorporar a agenda "Mulheres, Paz e Segurança" (MPS), instituída a partir da Resolução 1325 (2000), a todos os mandatos de missões de paz no século XXI. Das dez novas missões aprovadas desde a adoção dessa

resolução, a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (Minusca, na sigla em inglês), a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (Unmiss, na sigla em inglês) e a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (Minusma) são as que mais incorporaram itens da agenda "MPS", com destaque para o aumento da participação feminina como *peacekeepers* e a proteção das mulheres e meninas contra a violência sexual. Em segundo lugar, é preciso discorrer acerca das novas práticas voltadas para a implementação dessa agenda, as quais surgiram nas missões onusianas, como a criação da função de conselheiros ou assessores militares de gênero, dos pontos focais de gênero e das Equipes de Engajamento Feminino (FET, na sigla em inglês). Especificamente no tocante à última prática, a composição de equipes formadas por profissionais diversas (médicas, psicólogas, militares, entre outras) contribui para a criação de confiança e a assistência à população feminina local, desde o apoio à saúde física e psicológica até o treinamento de mulheres locais militares e policiais. Por fim, o candidato deve ressaltar que as unidades femininas estabelecidas pelas novas práticas estão normalmente vinculadas à liderança da missão de paz e fornecem apoio a todos os setores dessa missão para o desenvolvimento ou o monitoramento de estratégias que promovam a igualdade de gênero.

No terceiro item, o candidato precisa argumentar que não houve participação de mulheres brasileiras nas missões de paz até o início da década de 1990. A ausência de legislações inclusivas e a estrutura institucional das forças armadas e policiais – em particular, as políticas de ingresso ou de progressão ao longo da carreira –, entre outras razões, dificultaram a presença feminina nessas missões. Em 1992, duas sargentos da Polícia Militar de Minas Gerais foram as primeiras brasileiras a participarem de uma missão de paz, servindo na Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem II, na sigla em inglês). Desde então, mais mulheres brasileiras passaram a atuar como *peacekeepers*, sobretudo militares, mas o número delas permaneceu proporcionalmente bastante inferior à participação masculina. Em grande medida, as variações no contingente feminino do Brasil em missões de paz estão associadas à Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah, na sigla em inglês). Esse contingente aumentou significativamente após o terremoto no país caribenho, em 2010, e se manteve elevado até 2017, quando passou a diminuir justamente por causa do encerramento da Minustah.

Finalmente, no quarto item, o candidato deve, em princípio, explicar que o Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança internaliza, formalmente, as obrigações internacionais contraídas pelo Brasil no âmbito da agenda MPS. O plano foi lançado em 8 de março de 2017, renovado em 29 de março de 2019 e estabeleceu quatro pilares de atividades: (1) participação, com o propósito de aumentar a presença e a qualificação de mulheres brasileiras em questões relacionadas com a paz e a segurança; (2) prevenção e proteção, cuja finalidade é assegurar os direitos das mulheres e meninas e combater as violências sexuais e baseadas no gênero antes, durante e depois de conflitos armados; (3) consolidação da paz e cooperação humanitária, que propõem a priorização do enfoque de gênero nas ações cooperativas, nos processos decisórios e na construção/recuperação da paz ou na reconstrução pós-conflito; e (4) aprofundamento, sensibilização e engajamento, com o objetivo de promover maior envolvimento da sociedade civil em relação à agenda acerca de mulheres, paz e segurança, incluindo a disseminação de conhecimentos relacionados ao assunto. Cada pilar contém um conjunto de objetivos, atividades esperadas, instituições responsáveis e outras organizações participantes. Para concluir, o candidato precisa comentar a respeito dos dois objetivos estratégicos que perpassam todas as metas e atividades previstas no plano, que são: (a) a transversalização de gênero, isto é, a necessidade de considerar os diferentes interesses, experiências e impactos das relações de gênero na elaboração, na implementação e no monitoramento de políticas e programas; e (b) o empoderamento de mulheres e meninas como agentes promotoras da paz duradoura. Ambos os objetivos convergem para a adoção de uma perspectiva inclusiva e sustentável na promoção da paz e da segurança internacionais.

Quesitos de pontuação

Q 1. Apresentação das Conferências sobre as Mulheres, da CEDAW, da Declaração e do Plano de Ação de Windhoek e de outras iniciativas adotadas no âmbito das Nações Unidas.

Q 2. Identificação de, pelo menos, três propostas da Resolução 1325 (2000).

Q 3. Reconhecimento da obrigatoriedade de incorporação da agenda MPS a todos os mandatos de missões de paz.

Q 4. Explicação das novas práticas instituídas nas missões de paz para a implementação da agenda MPS.

Q 5. Compreensão do vínculo direto entre as unidades de gênero e a liderança política da missão de paz.

Q 6. Explicação a respeito da ausência da participação de mulheres brasileiras em missões de paz entre 1947 e 1992.

Q 7. Conhecimento acerca da relação existente entre a participação de mulheres brasileiras em missões de paz e a Minustah.

Q 8. Identificação do Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança como um instrumento de internalização da agenda MPS no Brasil.

Q 9. Explicação dos quatro pilares de atividades do Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Q 10. Identificação de duas estratégias centrais do Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança para a realização dos objetivos e atividades previstos.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências:

BALBINO, V. R. *Terá a paz rosto de mulher*? Uma perspectiva brasileira para os 20 anos da agenda de mulheres, paz e segurança do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 2022.

MORAIS, D. Mulheres, paz e segurança: os planos nacionais de ação e a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. *Nação e Defesa*, dez. 2020, p. 9-27.

DRUMOND, P.; REBELO, T. *Implementando a agenda sobre "Mulheres, paz e segurança" no Brasil*: uma revisão do Plano Nacional de Ação. Artigo Estratégico 31. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, mar. 2018. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-07-AE-31_Plano-Nacional-Mulheres-web.pdf>. Acesso em: 6 set. 2023.

OAKES, R. F.; KYRILLOS, G. M.; FLORIO, B. P. Normativas internacionais de gênero: agenda mulheres, paz e segurança e o caso brasileiro. *Revista Feminismos*, v. 11, n. 1, jan./jun. 2013, p. 1-27.

HAMANN, E.; GIANNINI, R.; PEREIRA, P. A. *Mulheres brasileiras em missões de paz*: a coragem em dados e relatos. Artigo Estratégico 44. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, dez. 2019. Disponível: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/01/2019-12-23-AE44_mulheres-brasileiras-em-missoes-onu.pdf>. Acesso em: 6 set. 2023.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)

Política Internacional

Questão 2

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

O candidato deverá discorrer inicialmente acerca da relação entre as mudanças do clima, o aquecimento global e a aceleração do derretimento das calotas polares, mencionando a tendência observada de aquecimento mais acelerado no Ártico e na Antártica e, de forma ainda mais pronunciada, naquele do que no resto do planeta. Região historicamente caracterizada como inóspita e de difícil acesso em função, sobretudo, das baixas médias de temperaturas e da amplitude da cobertura de gelo – o que dificulta o estabelecimento de presença humana e o transporte terrestre ou marítimo –, a redução da cobertura de gelo no Círculo Ártico, causada pelo aquecimento global, passa a ser mais convidativa para atividades econômicas e reacende os interesses geopolíticos dos países árticos, mas não somente deles. A matéria motivadora oferece suficientes pistas, cabendo ao candidato explorar e desenvolver os argumentos.

Nesse sentido, espera-se, relativamente ao primeiro tópico, que o candidato identifique, como uma das principais consequências desse conjunto de fenômenos climáticos, a abertura de rotas de navegação marítimas, antes inacessíveis ao longo de todo o ano em razão da espessura do gelo no oceano Ártico. Destacam-se, em particular, a Rota Nordeste (ou "do Norte") (Rússia/Noruega/Islândia) e a Passagem Noroeste (Canadá/Estados Unidos da América – EUA), especialmente no inverno do Hemisfério Norte, mas cada vez mais possível durante o ano todo, dispensando mesmo a utilização dos custosos navios "quebra-gelo". Ao encurtar a conexão entre os oceanos Atlântico e Pacífico pelo norte do planeta, passa a existir potencial para gerar economia considerável no transporte e no escoamento de mercadorias entre os principais mercados exportadores e importadores (EUA, Europa e China). Detecta-se, dessa forma, possibilidade de redução no trânsito de embarcações pelos principais pontos de passagem do transporte marítimo internacional (Canal de Suez, Canal do Panamá e estreito de Malaca).

Ainda a respeito dos aspectos econômicos do derretimento da cobertura de gelo no Círculo Polar Ártico, no contexto do tópico b, espera-se que o candidato refira-se à exploração de hidrocarbonetos (petróleo – estimado em 90 bilhões de barris em reservas – e gás – 44 bilhões de barris) e outros minerais como ouro, zinco, níquel e ferro, presentes especialmente no solo do oceano Ártico. Isto é, as oportunidades de exploração econômicas abertas como consequência das mudanças do clima e do aquecimento global poderão, elas mesmas, em razão das emissões de gás carbônico resultantes da maior disponibilidade de combustíveis fósseis, contribuir no agravamento da crise climática, precipitando um perigoso ciclo vicioso.

Referente ao tópico b, o candidato deverá caracterizar o Círculo Polar Ártico, como espaço geopolítico próprio, cuja importância tem recrudescido por causa da maior acessibilidade causada pela aceleração do derretimento das calotas polares. Foi no decorrer da Guerra Fria que se verificou o ápice da importância estratégica da região por causa da confrontação sistêmica de dois poderosos Estados árticos (União Soviética e EUA). Nesse contexto, deverá ser observado que a Rússia é de longe o maior país ártico, enquanto a exposição dos EUA ao Círculo Polar Ártico se restringe ao estado do Alasca.

São os fenômenos climáticos e as respectivas repercussões econômicas que aguçaram novas tensões, dessa vez, entre EUA (e seu conjunto de aliados da Otan) e a Rússia (sucedânea da URSS) no Círculo Polar Ártico. Essa é a dinâmica que o candidato deverá apontar, aludindo à recente militarização da presença dos Estados árticos na região. O acirramento da competição geopolítica poderá acentuar, inclusive, os litígios territoriais e pelo controle de espaços marítimos no Ártico, que permaneciam dormentes ou irresolvidos. Deverá também contextualizar a guerra na Ucrânia como variável, opondo a Rússia aos demais países árticos, todos do campo geopolítico ocidental. Entretanto, o interesse reavivado na região, especialmente quanto à dimensão econômica, tem capturado a atenção de países não árticos, a exemplo da China, da Índia e do Reino Unido. Considerações relacionadas à expansão da aliança transatlântica no contexto da guerra entre Rússia e Ucrânia – abarcando Finlândia e Suécia, antes formalmente neutras – são adequadas na resposta ao tópico.

O candidato não deverá furtar-se de mencionar o Conselho do Ártico, o espaço diplomático institucional criado em 1996 para fomentar a cooperação entre os países árticos (EUA, Canadá, Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Islândia e Rússia), para avançar pesquisas científicas e para atuar em favor da preservação do meio ambiente. Poderá argumentar o sucesso relativo do Conselho em compartimentar o enfrentamento geopolítico mais amplos em favor da cooperação. Foi o que aconteceu em 2014 quando da ocupação da Crimeia pela Federação Russa. A guerra na Ucrânia, no entanto, obstaculizou trabalhos do mecanismo, que, durante a Presidência de turno russa, estiveram virtualmente paralisados. O candidato poderá expor a ambivalência não resolvida até o momento entre os estímulos à cooperação embutidos no Conselho do Ártico ou o incremento das rivalidades geopolíticas em um contexto internacional turbulento.

Referências

BUCHANAN, Elizabeth. *Red Arctic. Russian Strategy under Putin*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2023.

BURKE, Danita Catherine. *Diplomacy and the Arctic Council*. Montreal & Kingston: McGill-Queen's University Press, 2019.

GREAVES, Wilfrid & LACKENBAUER, P. Whitney. *Breaking Through. Understanding Sovereignty and Security in the Circumpolar Arctic*. Toronto, Buffallo & London, 2021.

LE MIÈRE, Christian & MAZO, Jeffrey. *Arctic Opening. Insecurity and Opportunity*. London: International Institute for Strategic Studies, 2013.

MARSHALL, Tim. *Prisoners of Geography*. London: Elliot & Thompson, 2015.

SPOHR, Kristina & HAMILTON, Daniel (orgs.) *The Arctic and World Order*. Washington, DC: Johns Hopkins University, 2020.

YERGIN, Daniel. *The Quest. Energy, Security, and the Remaking of the Modern World*. New York, Penguin Books, 2011.

Quesitos de pontuação

Q 1. Apontar conexão entre as mudanças do clima, o aquecimento global e o derretimento das calotas polares como fatores responsáveis pelo recrudescimento do interesse no Ártico.

Q 2. Comentar redesenho das rotas de navegação marítima internacionais pela utilização da Rota do Norte e Passagem do Nordeste.

Q 3. Indicar possibilidades de exploração de recursos minerais de regiões antes cobertas por gelo no Ártico (petróleo, gás, ouro, ferro, níquel e outros minerais).

Q 4. Considerar que a possibilidade de descoberta de grandes reservas de hidrocarbonetos poderá agravar a crise climática.

Q 5. Identificar o Círculo Polar Ártico como espaço geopolítico próprio, cuja importância atingiu seu ápice durante a Guerra Fria.

Q 6. Demonstrar que a competição estratégica entre grandes potências, particularmente entre Rússia e EUA, acompanha recrudescimento do interesse econômico no Ártico.

Q 7. Apontar o crescente interesse de potências não árticas na região, especialmente da China.

Q 8. Argumentar que a guerra na Ucrânia é um fator complicador na administração do relacionamento entre a Rússia e os demais países árticos.

Q 9. Demonstrar conhecimento acerca do Conselho do Ártico como espaço diplomático e institucional para fomentar a cooperação entre os membros e avançar pesquisas científicas sobre a região.

Q 10. Apresentar questionamento a respeito do Ártico como nova fronteira geopolítica a ser vocacionada para a competição geopolítica (entre Rússia e Ocidente) ou para a cooperação (Conselho do Ártico).

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)

Política Internacional

Questão 3

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

No primeiro item, o candidato deve identificar que a Convenção de Budapeste é um tratado internacional adotado pelo Conselho da Europa, em 23 de novembro de 2001, com a finalidade de fortalecer e harmonizar a legislação nacional dos Estados-membros, relacionada com o combate ao crime cibernético, e de promover a cooperação internacional para enfrentar as atividades criminosas em sistemas informáticos, redes e dados de computadores. Não obstante a convenção tenha sido concebida no âmbito europeu, países de outras regiões passaram a aderir a esse tratado, a exemplo dos Estados Unidos da América, do Japão, da Austrália, da Argentina, do Chile, entre outros, e agora, também do Brasil. Ainda no primeiro item, o candidato deve demonstrar que conhece o conteúdo da referida convenção, especificamente as medidas indicadas para as jurisdições nacionais, tanto em termos de direito penal quanto de direito processual, para tipificar os crimes cibernéticos (por exemplo, crime informático, crimes contra a confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados e sistemas de computador, crimes relacionados ao conteúdo da informação etc.), e os princípios gerais da cooperação internacional (extradição e assistência mútua na falta de acordos internacionais aplicáveis). E, por fim, é preciso mencionar os dois protocolos adicionais à Convenção de Budapeste: o primeiro deles referente à criminalização de atos de natureza racista e xenofóbica, cometidos por meio de sistemas de computador, e o segundo acerca do reforço da cooperação e da divulgação de provas eletrônicas, ambos assinados em Estrasburgo, respectivamente, em 2003 e 2022.

Já no segundo item, primeiramente, o candidato deve esclarecer que o Brasil defende um modelo multissetorial, à semelhança daquele adotado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e em consonância com a Agenda de Túnis, para a governança global da internet. Em segundo lugar, é necessário explicar que o governo brasileiro pauta a atuação externa em torno de princípios como a neutralidade da rede, a proteção da privacidade, a liberdade de expressão e de conteúdo, entre outros que constam no Marco Civil da Internet. E, finalmente, o Brasil busca exercer a liderança nessa governança, propondo temas e iniciativas para as discussões, como o problema da representação assimétrica, desproporcional e desequilibrada entre os setores (em nível estatal ou não estatal), relacionados com a internet, e a apresentação, em conjunto com a Alemanha, de um projeto contra a espionagem na Assembleia Geral das Nações Unidas, após o caso Snowden em 2013.

No terceiro item, o candidato precisa reconhecer que a dimensão internacional e parcerias estratégicas é apresentada como um dos eixos transformadores da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber). Em seguida, convém ressaltar que o fortalecimento da atuação brasileira em segurança cibernética no cenário internacional é um dos objetivos estratégicos da E-Ciber. Além disso, essa estratégia também propõe, como ação estratégica, a ampliação da cooperação internacional do Brasil em segurança cibernética com o maior número de países, de forma transparente, e em respeito à tradição diplomática brasileira consagrada nos princípios constitucionais. Essa ação estratégica cooperativa envolve um conjunto de medidas: o estímulo à cooperação internacional e aos acordos de cooperação em cibernética; o incentivo a discussões a respeito do assunto em fóruns multilaterais dos quais o País participa; a intensificação das relações com países latino-americanos; a promoção de eventos e exercícios internacionais; o uso de mecanismos internacionais de

combate aos crimes cibernéticos; o estímulo à participação brasileira na definição da estrutura normativa futura relacionada com a criação de padrões de segurança em tecnologias emergentes (sobretudo, redes de comunicação 5G, inteligência artificial e internet das coisas), entre outras.

Em conclusão, no terceiro item, é desejável que o candidato, em princípio, estabeleça uma relação entre a adesão brasileira à Convenção de Budapeste, a posição do País em relação à governança global da internet e as ações e iniciativas diplomáticas previstas na E-Ciber. Essa convenção representa um dos tratados multilaterais mais abrangentes para o combate aos crimes cibernéticos, de modo que o Brasil pode contribuir para a elaboração de normas internacionais e buscar exercer a liderança em uma das áreas da governança global da internet. Além disso, o documento também amplia as possibilidades de cooperação internacional, incluindo a de celebração de acordos com outros países e as trocas de informações no enfrentamento de atos ilícitos praticados no espaço cibernético. Para concluir, a Convenção de Budapeste ainda permite a adequação das legislações brasileiras a legislações adotadas internacionalmente, o que facilitaria a padronização de conceitos e da tipificação de crimes, a obtenção de provas eletrônicas para as investigações criminais, entre outros aspectos.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 10.222**, de 5 de fevereiro de 2020. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10222.htm>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.491**, de 12 de abril de 2023. Brasília: Presidência da República, 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11491.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.491%2C%20DE%2012,23%20de%20novembro%20de%202001>. Acesso em: 10 set. 2023.

DINIZ, G.; MUGGAH, R.; GLENNY, M. *Deconstructing cybersecurity in Brazil*: threats and responses. Strategic Paper 11. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, Dec. 2014. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/11/Strategic-Paper-11-Cyber2.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

COUNCIL OF EUROPE. *The Budapest Convention on Cybercrime*: benefits and impact in practice. Strasbourg: Cybercrime Convention Committee, Jul. 13 2020. Disponível em: <https://rm.coe.int/t-cy-2020-16-bc-benefits-rep-provisional/16809ef6ac>. Acesso em: 10 set. 2023.

SANTORO, M.; BORGES, B. Brazilian foreign policy towards internet governance. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 60, n. 1, 2017.

Quesitos de pontuação

Q 1. Identificação da Convenção de Budapeste como um tratado internacional do Conselho da Europa aberto à adesão de Estados não membros da organização e de outras regiões do globo.

Q 2. Apresentação de medidas a serem adotadas nas jurisdições nacionais e dos princípios da cooperação internacional.

Q 3. Menção aos Protocolos Adicionais à Convenção de Budapeste, respectivamente, referentes à criminalização de atos de natureza racista e xenofóbica, cometidos por meio de sistemas de computador (2003), e acerca do reforço da cooperação e da divulgação de provas eletrônicas (2022).

Q 4. Identificação da defesa brasileira do modelo multissetorial para a governança global da internet.

Q 5. Apresentação de princípios que orientam a diplomacia brasileira em temas relacionados com a internet.

Q 6. Explicação da posição brasileira de buscar o exercício da liderança na governança global da internet.

Q 7. Reconhecimento da dimensão internacional e de parcerias estratégicas como um eixo transformador da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber).

Q 8. Identificação do fortalecimento da atuação brasileira em segurança cibernética no cenário internacional como um objetivo estratégico da E-Ciber.

Q 9. Descrição de medidas a serem adotadas no âmbito da ação estratégica prevista na E-Ciber, de ampliação da cooperação internacional do Brasil em segurança cibernética.

Q 10. Explicação de vantagens da adesão brasileira à Convenção de Budapeste, como a contribuição na elaboração de normas internacionais, a ampliação da cooperação internacional e a adequação das legislações nacionais.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA – 3ª FASE
(Divulgado em 07/11/2023)

Política Internacional

Questão 4

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

O candidato deverá identificar a natureza essencialmente conflitiva do relacionamento bilateral entre Estados Unidos da América (EUA) e Irã, desde a Revolução Islâmica e a queda do Xá Reza Pahlevi (ambas em 1979). Poderá indicar o rompimento de relações diplomáticas e a ausência de representações diplomáticas permanentes nas respectivas capitais, além do regime de sanções unilaterais imposto por Washington. Da mesma forma, poderá apontar a rivalidade regional entre a República Islâmica do Irã e Israel, tradicional aliado dos EUA, como motivador adicional das animosidades entre Washington e Teerã.

A título de contextualização histórica, poderá referir-se à ocupação da embaixada norte-americana em Teerã e à crise dos reféns (1979-1981) e ao papel ambíguo desempenhado por Washington na guerra Irã-Iraque (1987-1988). Nesse contexto, também se inserem a inclusão do Irã no chamado "Eixo do Mal" pelo Governo George W. Bush e a ocupação do Iraque, que teve impactos na configuração de um novo equilíbrio regional no Oriente Médio, fortalecendo a posição relativa iraniana.

A respeito do programa nuclear iraniano, o candidato deverá mencionar o apoio norte-americano no reinado do Xá Reza Pahlevi e, em contraste, identificar os esforços posteriores de repetidos governos, democratas ou republicanos, em conter o progresso do Irã em dominar o ciclo nuclear, mesmo em suas dimensões civis. Acerca da relação do país com o regime internacional de não proliferação, o candidato deverá recordar-se de que o signatário do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), o Irã, presentemente, não dispõe de armas nucleares, embora o progresso técnico-científico de seu programa desperte suspeitas entre seus aliados quanto às intenções por trás dele.

Com relação aos esforços da comunidade internacional para, de um lado, afastar uma intervenção militar norte-americana e, de outro, limitar o domínio do Irã ao ciclo nuclear e garantir o uso estritamente pacífico da energia nuclear, o candidato poderá referir-se à criação do grupo P-5+1 (ou E3+3). Será igualmente adequado recordar-se do esforço envidado por Brasil e Turquia, na forma da Declaração de Teerã, de 17 de maio de 2010. Deverá, finalmente, referir-se ao Plano de Ação Abrangente (JCPOA, na sigla em inglês), acordado entre o P-5+1 e o Irã em 2013, que representou congelamento do enriquecimento de urânio, por parte do Irã, em troca do alívio de sanções unilaterais norte-americanas e europeias. Como se sabe, o governo do ex-presidente Donald Trump retirou os EUA do acordo, tendo precipitado, de um lado, a reimposição de sanções unilaterais e, de outro, a retomada do enriquecimento de urânio em território iraniano. Os esforços do governo do presidente Joe Biden para negociar o acordo em novas bases com o governo do presidente Ibrahim Raisi não produziram resultados concretos até o momento.

Referências

KINZER, Stephen. *All the Sha's Men. An American Coup and the Roots of Middle East Terror*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2008.

LEVERETT, Flynt & LEVERETT, Hillary Mann. *Going to Tehran. Why the United States Must Come to Terms with the Islamic Republic of Iran*. New York: Metropolitan Books, 2013.

MOUSAVIAN, Seyed Hossein. *The Iranian Nuclear Crisis. A Memoir*. Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, 2012.

PARSI, Trita. *Treacherous Alliance. The Secret Dealings of Iran, Israel, and the United States*. New Haven & London: Yale University Press, 2008.

_____. *Single Roll of a Dice. Obama's Diplomacy with Iran*. New Haven & London: Yale University Press, 2013.

_____. *Losing an Enemy. Obama, Iran and the Triumph of Diplomacy*. New Haven & London: Yale University Press, 2017.

Quesitos de Pontuação

Q 1. Identificar a relação de animosidade histórica entre EUA e Irã (ausência de relações diplomáticas e de representações permanentes em Washington e Teerã).

Q 2. Contextualizar historicamente o rompimento do relacionamento após a Revolução Islâmica de 1979.

Q 3. Contrastar o apoio dos EUA ao programa nuclear iraniano no reinado do Xá Reza Pahlevi à oposição desde o estabelecimento da República Islâmica.

Q 4. Inserir o programa nuclear no regime global de não proliferação (adesão ao TNP).

Q 5. Observar que a invasão do Iraque pelos EUA, em 2003, alterou o equilíbrio de poder regional no Oriente Médio em benefício do Irã.

Q 6. Apontar os esforços da comunidade internacional para evitar que, de um lado, a animosidade dos EUA em relação ao Irã resultasse em confrontação militar e, de outro, certificar-se de que o programa nuclear iraniano mantivesse caráter estritamente civil.

Q 7. Aludir ao esforço do Brasil e da Turquia, que resultou na Declaração de Teerã, de 17 de maio de 2010.

Q 8. Descrever os termos gerais do acordo nuclear iraniano (Plano de Ação Abrangente/*Joint Comprehensive Plan of Action-JCPOA*), estabelecido entre o Irã e o P-5+1 em 2013 (interrupção do enriquecimento de urânio *versus* levantamento de sanções).

Q 9. Referir-se à retirada dos EUA do JCPOA pelo governo do ex-presidente Donald Trump e às suas consequências sistêmicas e para o relacionamento bilateral.

Q 10. Comentar a ausência de progresso na negociação de novo acordo nuclear entre o P5+1 e o Irã no governo de Joe Biden e do presidente Ibrahim Raisi.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.